



Simulado Especial

TJ MS

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA MEIO

QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial TJ-MS (Analista Judiciário - Área Meio - Qualquer Área de Formação)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Meio - Qualquer Área de Formação do TJ-MS**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

[Clique para Preencher o Gabarito](#)

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

FAÇA ESTE SIMULADO TAMBÉM NO SQ

Clique no link abaixo e faça este simulado também no SQ!

[Ir para o SQ](#)

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

01. *Resignemo-nos à ignorância, que é a forma mais cômoda de sabedoria. (L.F. Veríssimo)*

Sobre a frase acima, assinale uma possível interpretação de seu conteúdo.

- a) Devemos aceitar nossa falta de conhecimento, pois ela nos oferece uma maneira fácil de parecermos sábios sem o esforço de aprender.
- b) Entregar-se à ignorância significa desistir de buscar conhecimento, o que é uma manifestação de preguiça intelectual e não tem relação com sabedoria.
- c) Acomodar-se na ignorância pode ser uma estratégia inteligente, pois evita o desconforto da dúvida.
- d) Admitir que não sabemos tudo e parar de buscar conhecimento é um atalho para uma vida mais tranquila, mas nos distancia da verdadeira sabedoria.
- e) Resignação à ignorância é reconhecer que somos seres limitados no nosso conhecimento.

02. Passamos a vida inteira nos preparando para nossa morte e quando ela vem não podemos assistir. (L.F. Veríssimo)

- a) Dedicamos toda a nossa existência à preparação para o fim, mas quando ele finalmente chega, estamos impossibilitados de presenciar.
- b) Nossa vida é uma longa preparação para o momento da morte, que, paradoxalmente, não podemos experimentar.
- c) A vida é um ensaio constante para o nosso último ato, o qual, curiosamente, não temos a chance de observar.
- d) Toda a nossa jornada é um preparo para o adeus final, mas na hora decisiva, não podemos fazer nada para evitá-la.
- e) Nos preparamos incessantemente para o desfecho de nossa vida, mas quando ele se apresenta, somos excluídos da plateia.

03. Assinale a alternativa a seguir que contenha um paradoxo.

- a) Jantei sozinho. E quando voltei a casa, fui direto ao atelier, destapei o retrato, lancei uma pincelada ao acaso, tornei a cobrir a tela.
- b) A ti tocou-te a máquina mercante.
- c) Aquela mina de ouro, ela não ia deixar que outras espertas botassem as mãos.
- d) O ouro negro foi o grande assunto do século.
- e) Pois sem você meu mundo é diferente, minha alegria é triste.

04. Assinale a alternativa em que ocorra deslize no emprego do pronome 'onde'.

- a) A cidade onde cresci mantém suas tradições vivas, celebrando festas populares com a mesma alegria e dedicação de gerações passada.
- b) Nunca me esqueço das tardes ensolaradas da minha juventude, onde descobri mundos escondidos entre as páginas da vida.
- c) A casa onde vivemos por vários anos, situada naquela tranquila rua sem saída, tornou-se mais do que apenas um espaço físico; ela foi o cenário onde se desenrolaram momentos significativos de nossas vidas, testemunhando alegrias, tristezas, desafios e conquistas que moldaram quem somos hoje.
- d) O restaurante onde jantamos naquela noite especial oferecia uma vista espetacular da cidade, onde as luzes se estendiam até o horizonte, criando um pano de fundo perfeito para uma ocasião inesquecível.
- e) O parque onde costumamos caminhar nos fins de semana é um refúgio de paz e beleza natural, onde os caminhos serpenteiam por entre árvores centenárias e flores coloridas.

05. *Tem muita gente honesta neste país. Só não se identificam para não ficar de fora se aparecer um bom negócio.*

Sobre a frase acima, assinale a inferência que **não** pode ser feita.

- a) A frase sugere que, apesar de existir um número significativo de pessoas honestas no país, a honestidade é frequentemente ocultada por medo de perder oportunidades lucrativas que possam surgir.
- b) O pensamento sugere que a sociedade valoriza mais as vantagens imediatas e lucrativas do que manter princípios de honestidade e integridade, levando as pessoas a esconder suas verdadeiras virtudes.
- c) Infere-se que o ambiente de negócios no país pode ser tal que encoraja ou recompensa comportamentos desonestos, fazendo com que até mesmo pessoas honestas sintam-se pressionadas a agir de forma contrária aos seus valores.
- d) O texto sugere que há um cinismo ou uma desilusão generalizada com relação à honestidade como valor social, indicando uma aceitação tácita de comportamentos oportunistas como norma.
- e) A frase indica que a honestidade é amplamente praticada e valorizada no país, sendo um traço característico e predominante entre a população.

06. *Tem muita gente honesta neste país. Só não se identificam para não ficar de fora se aparecer um bom negócio.*

Ainda sobre a frase acima, assinale o comentário feito de forma **correta**:

- a) O verbo 'tem' está empregado no sentido de 'existir', o que a gramática tradicional considera totalmente adequado.
- b) Com o verbo 'identificam', no plural, ocorreu a concordância por silepse.
- c) O termo 'gente' é correto para contextos formais.
- d) O termo 'um bom negócio' é complemento direto do verbo.
- e) As duas frases mostram sujeito inexistente.

07. Abaixo, há cinco frases injuntivas e ao lado a sua justificativa. Assinale a opção em que há total consonância lógica entre a ordem e a justificativa:

- a) "Estude todos os dias!" / Para ter mais tempo livre nos finais de semana.
- b) "Economize água!" / Para garantir que a conta de luz seja mais barata.
- c) "Faça exercícios físicos regularmente!" / Para melhorar a performance nas redações.
- d) "Mantenha sua área de trabalho sem lixo espalhado!" / Para evitar aglomeração de insetos.
- e) "Desligue as luzes ao sair de um cômodo!" / Para economizar energia e reduzir a conta de energia elétrica.

08. "Os sábios afirmam que um dia a vossa luz se extinguirá", declararam os vagalumes para as estrelas. Estas, contudo, permaneceram em silêncio.

- a) Estavam convencidas da imprecisão na afirmação dos vagalumes.
- b) Não tinham conhecimento sobre quem eram os sábios.
- c) Sentiram compaixão pelos vagalumes.
- d) Tinham noção de sua própria superioridade.
- e) Estavam incertas sobre a resposta adequada.

09. *Medo todos têm. A diferença é que o covarde não controla o medo, e o corajoso o supera.*

Sobre a frase acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) O termo 'Medo' exerce a função de sujeito.
- b) O verbo 'têm' foi empregado no sentido de existir.
- c) A expressão 'é que' é uma partícula expletiva.
- d) A vírgula após a palavra 'medo' ocorreu porque a nova oração apresenta um novo sujeito.
- e) O termo 'o', em todas as ocorrências, é artigo.

10. A frase abaixo que está integralmente correta é:

- a) Cerca de 54,3% das pessoas assinaram o documento.
- b) Ao invés de português, estudei matemática.
- c) Para mim estudar português é uma honra.
- d) Todos, certamente já viram isso.
- e) Põe menos sal na sua comida.

11. Algumas palavras são empregadas fora de sua classe original; assinale a opção em que a palavra destacada teve sua classe original modificada, de adjetivo para substantivo.

- a) Se você é **jovem**, deve ter mais amor pela vida.
- b) O **esporte** favorito dele é o polo.
- c) Essa roupa, apenas os **inteligentes** podem ver.
- d) Todos os **médicos** consultados afirmaram a verdade.
- e) A sua atitude **absurda** chocou a todos.

12. Uma marca da textualidade é a coesão, a ligação formal entre termos. Assinale a frase abaixo em que os termos sublinhados não estão ligados por coesão.

- a) Quando Maria chegou à festa, todos os olhares se voltaram para ela. Sua presença sempre iluminava o ambiente, e ela sabia disso, caminhando com uma confiança que deixava claro sua consciência de sua própria beleza e carisma.
- b) O cachorro, perdido na rua desde cedo, latiu alegremente quando viu o seu dono se aproximar. Ele, reconhecendo imediatamente o seu humano favorito, correu ao seu encontro com o rabo abanando freneticamente, demonstrando todo o seu afeto e alegria.
- c) A lua cheia brilhava no céu noturno, lançando uma luz prateada sobre o mar calmo. Ela parecia vigiar o mundo abaixo, um farol natural que guiava os corações dos amantes e inspirava poetas com sua beleza etérea e misteriosa.
- d) O jardim estava repleto de flores de diversas cores, aromas e formas, atraindo abelhas e borboletas. Ele se tornara um pequeno paraíso para os insetos, que dançavam de flor em flor, desempenhando o importante papel de polinização enquanto desfrutavam do néctar generosamente oferecido.
- e) O carro antigo, uma relíquia da família há gerações, finalmente foi restaurado à sua antiga glória. Ele agora brilhava sob o sol, com sua pintura impecável e detalhes cromados, pronto para desfilar pelas ruas e reviver as memórias de uma época em que era o orgulho de seus donos.

13. Durante as férias, João planejou visitar seus avós na fazenda, explorar as montanhas com amigos e a ideia de aprender a surfar na praia estava em sua lista.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma inadequação

na estruturação dessa frase.

- a) a falta de paralelismo.
- b) a ambiguidade na construção.
- c) erros gramaticais.
- d) pontuação inadequada.
- e) ausência de coerência.

Entenda o que eu vou te dizer

“Dois-pontos” vem

De volta pro meu coração

“Exclamação”

Não posso viver sem você

Não tenho razão nem por que me acostumar com a saudade

Nem vírgula vai separar

Nessa oração

Teu nome da minha paixão

Não leve a mal

Eu sei que não sou escritor

É só uma carta de amor

De alguém que te quer de verdade

14. No texto acima, do grande poeta Délcio Luiz, eternizada na voz de Péricles, assinale a função da linguagem não pode ser percebida:

- a) metalinguística
- b) poética
- c) conativa
- d) emotiva
- e) referencial

15. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) No texto, há um interessante jogo entre a forma e o conteúdo do poema.
- b) O eu-lírico se apresenta de maneira humilde e sincera ao final do poema.
- c) O emprego por extenso dos elementos de pontuação confere vida lexical a esses sinais.
- d) É essencial entender as regras gramaticais de pontuação para captar o significado das informações do texto.
- e) A sinceridade e a intensidade dos sentimentos são comunicadas de forma clara ao longo do texto.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. Em uma reunião entre servidores judiciais de uma comarca de primeira entrância, discutia-se sobre os requisitos necessários para que sua comarca fosse elevada à categoria de segunda entrância. Carlos, um dos servidores, apresentou suas considerações, mas houve divergências sobre o que era necessário. Com base na lei n. 1.511/1994, qual dos seguintes itens é um requisito para a elevação de uma comarca à categoria de segunda entrância?

- a) Necessidade de um movimento forense inferior a quatrocentos feitos anuais.
- b) Prévia correção e parecer favorável da Corregedoria-Geral de Justiça.
- c) Existência de unidade de internação para crianças e adolescentes na comarca.
- d) Avaliação e aprovação da proposta pelo Ministério Público Estadual.
- e) Conveniência e oportunidade avaliadas pela Administração Estadual.

17. Juliana, uma nova juíza em uma comarca de segunda entrância, estava analisando a possibilidade de solicitar a criação de uma nova vara no seu fórum. Ela reuniu-se com a equipe para discutir os requisitos necessários para tal medida, com base na lei n. 1.511/1994. Qual das seguintes afirmações é correta a respeito dos requisitos para a criação de novas varas ou desdobramento de juízos nas comarcas de entrância especial ou de segunda entrância?

- a) É necessário um movimento forense mínimo de quinhentos feitos anuais para cada nova vara.
- b) A aprovação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é um dos requisitos necessários.
- c) Uma das exigências é a conveniência e oportunidade avaliadas pela administração.
- d) A criação de novas varas não necessita de correção prévia ou parecer da Corregedoria-Geral de Justiça.
- e) Cada nova vara precisa comprovar a existência de pelo menos um projeto social ativo na comarca.

18. Rodrigo, servidor ocupante de cargo em comissão no Tribunal de Justiça do MS, estava preocupado com as consequências de uma possível violação das normas estipuladas pelo Código de Ética dos Servidores do TJ-MS. Em uma conversa com sua colega Ana, ele questionou sobre o processo de aplicação de penalidades e os direitos que possuía em caso de ser penalizado. Com base no referido diploma, qual afirmação sobre o processo de penalidade de censura está correta?

- a) O Presidente do Tribunal de Justiça não tem autoridade para aplicar penalidades a servidores ocupantes de cargos em comissão.
- b) A penalidade de censura é aplicada exclusivamente ao Diretor-Geral da Secretaria, independentemente da infração.
- c) Servidores não mais integrantes do quadro de pessoal do PJMS são imunes à aplicação de penalidades.
- d) Após a aplicação da penalidade, o servidor tem o direito de pedir reconsideração ao Presidente do Tribunal de Justiça no prazo de 5 dias.
- e) As penalidades aplicadas são confidenciais e não serão publicadas em Diário Oficial nem registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

19. Mariana, uma servidora pública do Tribunal de Justiça, estava preocupada com um colega, Paulo, que se recusava a submeter-se a uma inspeção médica exigida pela administração. Em uma conversa com Paulo, Mariana tentou explicar as possíveis consequências dessa recusa. Com base no Estatuto dos Servidores do TJ-MS, qual seria a penalidade aplicada a Paulo por sua recusa em submeter-se à inspeção médica?

- a) Advertência por escrito.
- b) Demissão com a nota "a bem do serviço público".
- c) Suspensão do serviço público.
- d) Redução de salário.
- e) Transferência compulsória para outra unidade.

20. Amanda, servidora do Tribunal de Justiça, estava estudando a estrutura organizacional do Grupo de Direção Superior para uma apresentação que faria aos novos servidores. Ela queria garantir que sua apresentação fosse precisa e refletisse a composição atual do grupo, conforme estabelecido pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Durante sua preparação, ela criou uma lista de cargos para incluir em sua apresentação. Qual dos seguintes cargos NÃO faz parte do Grupo de Direção Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça

- a) Diretor de planejamento.
- b) Diretor-executivo.
- c) Diretor de tecnologia da informação.
- d) Diretor jurídico.
- e) Diretor do controle interno.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Y, servidor público do TRE da cidade X e surfista premiado em diversos campeonatos municipais, utiliza diariamente o veículo oficial com o propósito de levar sua namorada à praia para ensiná-la a surfar. A praia Z, onde Y a instrui, está localizada a 12 km de distância de seu local de trabalho. Diante dessa situação, pode-se afirmar que Y viola o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência;
- d) moralidade;
- e) proporcionalidade.

- 22.** Identifique a alternativa correta sobre a organização da administração pública direta e indireta.
- a) A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são entidades políticas que integram a administração pública indireta.
 - b) Através da descentralização vertical da administração pública, são instituídas organizações com personalidade jurídica, às quais são delegadas responsabilidades definidas pela Constituição (CF) aos entes políticos.
 - c) Dentro da organização dos entes políticos, os órgãos são organizados com base em critérios hierárquicos. No entanto, existem órgãos independentes, que não estão subordinados a nenhum outro, devendo apenas obedecer às leis. Isso se aplica à presidência da República, dentro da estrutura do Poder Executivo federal, e aos gabinetes dos governadores, na estrutura do Poder Executivo estadual.
 - d) Em linhas gerais, as autarquias profissionais, como a OAB e outros conselhos de profissões regulamentadas, devem prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), conduzir licitações e realizar concursos públicos para suas contratações.
 - e) Os órgãos públicos são entidades dentro da estrutura estatal, cada uma com funções específicas, personalidade jurídica distinta e capacidade de representar a entidade jurídica à qual estão vinculados.
- 23.** Uma delegacia X do Estado Y, mediante processo licitatório, firmou contrato com a empresa Z para realizar a limpeza das janelas de sua sede. No entanto, a contratada foi responsável pela inexecução parcial do contrato. Após a conclusão do processo administrativo regular, a delegacia aplicou à empresa a sanção administrativa de advertência, uma vez que não houve justificativa para a imposição de uma penalidade mais severa.
- No caso fictício apresentado e de acordo com a doutrina do Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a aplicação dessa sanção é o poder:
- a) de polícia;
 - b) regulamentar;
 - c) de justiça;
 - d) hierárquico;
 - e) disciplinar.
- 24.** Os atos administrativos emitidos pela Administração Pública são respaldados pelo regime jurídico-administrativo, refletindo sua supremacia sobre os administrados, especialmente devido à sua natureza unilateral. Considerando os atos administrativos e suas características, identifique a alternativa correta.
- a) O Poder Judiciário não pode anular atos administrativos discricionários.
 - b) Atos administrativos vinculados podem ser revogados por razões de oportunidade e conveniência.
 - c) O Poder Judiciário tem competência para revogar atos administrativos contaminados por vícios de legalidade.
 - d) A Administração pode revogar seus próprios atos se estiverem viciados e torná-los ilegais.
 - e) O Judiciário não pode revogar um ato administrativo apenas por ser inconveniente e inoportuno.

25. Em relação aos serviços públicos, identifique a alternativa correta.

- a) Não é permitida a prestação de serviços de saúde por fundação que faça parte da administração indireta sob regime privado.
- b) As obrigações de universalização, continuidade e modicidade tarifária são características distintivas do serviço público em comparação com o serviço privado.
- c) A responsabilidade civil das entidades de direito privado que oferecem serviços públicos é subjetiva em relação a terceiros que não são usuários do serviço.
- d) As proteções do Código de Defesa do Consumidor não se estendem aos usuários do serviço público.
- e) A obrigação de manter a continuidade do serviço público impede interrupções devido à falta de pagamento por parte dos usuários.

26. Sobre os bens públicos, marque a alternativa correta.

- a) Bens móveis podem ser considerados como bens públicos.
- b) A usucapião pode abranger bens públicos especiais.
- c) Os bens públicos dominicais são impossíveis de serem transferidos para terceiros.
- d) As unidades de conservação estabelecidas conforme a legislação ambiental, são consideradas bens de uso especial.
- e) Todas as ilhas situadas no território brasileiro são consideradas bens de uso comum e pertencem à União.

27. Z, advogada e vereadora na capital X, após cobrar longamente o Governo do Estado, conseguiu o orçamento necessário para a construção de uma Escola Municipal Infantil, na Zona Leste da cidade X. As mães da região carente demandavam a edificação da Escola já fazia anos, visto que, por serem em sua maioria mães solteiras, não tinham com quem deixar os filhos para irem trabalhar.

Na inauguração da Escola, a Vereadora reuniu as mães e a mídia local, a fim de comemorar a grande realização. Nas imagens registradas para as redes sociais, foi captado, ao lado do prédio escolar, um enorme outdoor com a foto, em grandes dimensões, da Vereadora sorrindo e fazendo o número do partido político com os dedos. Também foi possível enxergar um texto alegando que a Escola e outdoor foram feitos com dinheiro público do erário.

No caso fictício apresentado, conforme estabelecido pela Lei nº 8.429/1992 - de Improbidade Administrativa, podemos concluir que:

- a) Z não praticou ato de improbidade administrativa;
- b) Z praticou ato de improbidade que viola os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras penalidades, à perda da função pública;
- c) Z não praticou ato de improbidade administrativa, uma vez que a construção da Escola seguiu as diretrizes da legalidade, por meio de licitação formal;
- d) Z praticou ato de improbidade que viola os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras penalidades, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor de sua remuneração;
- e) Z praticou ato de improbidade que viola os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos.

28. Em relação à responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil do Estado é configurada quando a conduta omissiva ou comissiva de notários ou oficiais de registro resulta em dano a terceiros, sendo necessário propor a ação diretamente contra o Estado.
- b) Normalmente, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica são regidas pela responsabilidade civil objetiva.
- c) A responsabilidade civil do Estado será objetiva mesmo nos casos em que resultar de um fato imprevisível e inevitável, a exemplo de caso fortuito.
- d) Quando a omissão do Estado estiver configurada, a responsabilidade civil será de natureza objetiva.
- e) Se uma obra pública foi realizada por um empreiteiro privado por meio de contrato administrativo e ficou comprovado que o dano foi causado por esse empreiteiro, o Estado não será responsabilizado pelo dano.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

29. Um grupo de vereadores do Município de Inocência apresentou projeto de lei, à Câmara Municipal, em temática relacionada à área da Saúde que entendiam ser de grande relevância para a população local. Para a sua surpresa, a assessoria de apoio ao projeto que é composta por técnicos legislativos daquela Câmara, constatou que o projeto era totalmente contrário a uma súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a Câmara Municipal de Inocência:

- a) Pode aprovar o projeto de lei, pois apenas o Congresso Nacional está sujeito aos preceitos da súmula vinculante.
- b) Não pode aprovar o projeto de lei, pois a súmula vinculante deve ser obedecida por todos os poderes estatais: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) Pode aprovar o projeto de lei, pois os órgãos do Poder Legislativo não estão sujeitos aos preceitos da súmula vinculante.
- d) Não pode aprovar o projeto de lei, salvo se o Supremo Tribunal Federal autorizar previamente que a súmula vinculante seja excepcionada.
- e) Pode aprovar o projeto de lei, pois as normas municipais não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal.

- 30.** Helena, moradora e servidora pública do estado do Mato Grosso do Sul, contando com o maciço apoio de seus colegas servidores, foi eleita Senadora, representando seu estado. Entre suas novas atribuições, caberá a ela votar em importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional. Nesse cenário, considerando a repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre
- a) Pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares e requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
 - b) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
 - c) Organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
 - d) Direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
 - e) Proteção à infância e à juventude.

- 31.** Fabio e Adriane, estudiosos do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito dos artigos Constitucionais com força de normas programáticas. Considerando os seguintes dispositivos da Constituição Federal descritos abaixo:

I. “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

II. “Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (...)”.

III. “Art. 5.º (...) IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;”

Fabio e Adriane entraram em consenso e consideraram que entre os dispositivos apresentados, pode(m) ser considerado(s) norma(s) programática(s) o(s) dispositivo(s) reproduzido(s) na(s) assertiva(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

32. Em duas cidades do Mato Grosso do Sul ocorreram situações pertinentes a ações constitucionais. Na primeira, Herculano cidadão brasileiro, durante seus estudos de direito constitucional na cidade de Campo Grande, notou que a falta de determinada norma regulamentadora estava inviabilizando o exercício de suas prerrogativas referentes à nacionalidade. Já na cidade de Corumbá, Mota e Barroso, advogados experientes, estavam circulando pelo pátio do Batalhão da Polícia Militar, quando escutaram que determinado Oficial, em flagrante de nepotismo, tinha acabado de nomear a filha para ocupar cargo comissionado na corporação, para evitar a lesão à moralidade administrativa, Nessas duas situações que ocorreram em Campo Grande e Corumbá, é cabível a propositura de:

- a) Em Campo Grande cabe mandado de injunção e Corumbá, Mandado de segurança.
- b) Em Campo Grande ação civil pública e Corumbá, Mandado de Injunção.
- c) Em Campo Grande cabe mandado de segurança e Corumbá, ação civil pública
- d) Em Campo Grande cabe ação popular e Corumbá, mandado de injunção.
- e) Em Campo Grande cabe mandado de Injunção e Corumbá, ação popular.

33. Binho Ramos, Prefeito Municipal de Rio Brilhante, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito Toninho Pequeno que atuava na Comarca daquele município, há onze anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça do estado de MS, Paulinho Bilynskj, que o “demitisse” por decisão administrativa. Segundo o entendimento da Constituição da República Federativa do Brasil, o referido pedido é **incompatível** com a garantia constitucional da:

- a) inamovibilidade;
- b) irredutibilidade;
- c) indisponibilidade;
- d) vitaliciedade
- e) inelegibilidade

34. Acerca das disposições previstas na Constituição Federal em seu **capítulo III, Da Seção I, Do Poder Judiciário**, é correto afirmar que:

- a) Os juízes gozam de garantias como é o caso da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- b) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- d) A promoção por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- e) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

35. A. Falth e N. Carolina travaram intenso debate acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, e colocaram algumas assertivas abaixo em relação a esse tema:

- I. As normas de eficácia plena são idôneas para produzir todos os efeitos previstos, isto é, podem disciplinar de pronto as relações jurídicas, uma vez que contêm todos os elementos necessários;
- II. As normas de eficácia contida não são autoexecutáveis, se diferenciam das normas de eficácia plena pela circunstância de poderem ser restringidas;
- III. As normas constitucionais de eficácia reduzida somente produzem os seus efeitos essenciais após um desenvolvimento normativo.

Assinale a alternativa em que A. Falth e N. Carolina colocaram a(s) assertiva(s) correta(s):

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

36. Ramos e Menezes, amigos de longa data e profundos conhecedores do Direito Constitucional se encontraram para um café com chocolate em uma cafeteria na cidade de Bonito e começaram a debater sobre os Direitos Sociais com respaldo na Constituição Federal de 1988. A Constituição respalda os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. No que tange a esses direitos, assinale a assertiva correta.

- a) A participação nos lucros vinculados à remuneração, conforme definido em lei.
- b) A irredutibilidade do salário, independentemente do disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) A garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- d) A relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- e) O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Estado, excluindo a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA*Géssica Ehle*

37. Genoveva é mãe de Carlinhos, que tem 09 anos e é pessoa com deficiência. Ao tentar matricular seu filho na escola pública mais perto de sua residência, Genoveva ouviu do diretor que a instituição não tem vagas para crianças como seu filho. Afora o cometimento de crime de discriminação em razão da deficiência nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fala do dirigente da escola configurou uma barreira

- a) nas comunicações
- b) arquitetônica
- c) biopsicossocial
- d) atitudinal
- e) urbanística

38. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), julgue os itens a seguir assinalando a resposta correta.

- I. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, sendo superior a 02 (dois) anos, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de modo que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial.
- II. O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, assegurando-lhe a reserva de 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais de seus programas, gozando de tal direito tantas vezes quantas forem necessárias ao longo da vida.
- III. Sobre o direito à inclusão no mercado de trabalho, assegura-se às pessoas com deficiência que tenham promovido um ambiente onde sejam atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável, evitando toda forma de colocação competitiva.

É correto o que se afirma em:

- a) apenas a I
- b) apenas a II
- c) apenas a III
- d) todas as assertivas
- e) nenhuma das assertivas

39. João das Couves foi visitar sua irmã em uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul. Ao chegar, sua irmã lhe disse que gostaria muito que ele a levasse até o shopping na cidade vizinha, pois há mais de um ano não saía para fazer compras. Ainda reticente, João aceitou. Dirigiu por mais de 4h em seu veículo adaptado a sua deficiência até que chegaram ao estacionamento do shopping. Ao adentrar ao espaço e procurar uma vaga para estacionar. João percebe que não há nenhuma vaga identificada como reservada para pessoas com deficiência. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, João das Couves

- a) deve estacionar em qualquer uma das vagas mais próximas à entrada, pois o shopping por ser empreendimento privado não se obriga a reserva de vagas
- b) deveria encontrar identificadas 2% das vagas do estacionamento, ou no mínimo uma, caso o shopping não contivesse 100 (cem) vagas, podendo parar seu carro em qualquer uma delas, ainda que seu veículo não estivesse identificado
- c) por ter deficiência que não compromete sua acuidade visual, podendo dirigir, não gozará de direito às vagas reservadas
- d) deveria visualizar vagas reservadas à pessoas com deficiência, em regra 3% (três por cento) e poderia estacionar desde que identificasse seu veículo
- e) tem direito à reserva de vagas em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e, ainda, aquelas presentes em vias públicas, sendo ele pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, uma vez que tenha identificado seu veículo.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Antônio Daud

40. Assinale a alternativa que contraria as definições da Lei 13.709/2018 (LGPD):
- a) órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
 - b) boas práticas: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
 - c) transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
 - d) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
 - e) bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

41. Marque a alternativa que apresenta a definição de controlador de dados:

- a) entidade responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- b) pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- c) pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da autoridade nacional.
- d) pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- e) entidade a quem compete elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

42. As alternativas abaixo apresentam hipóteses de término do tratamento de dados pessoais, EXCETO:

- a) comunicação do titular.
- b) determinação da autoridade nacional de proteção de dados (ANPD), quando houver infração à LGPD.
- c) verificação de que os dados deixaram de ser pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.
- d) fim do período de tratamento.
- e) verificação de que a finalidade do tratamento ainda não foi alcançada.

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

43. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

44. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

45. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

46. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

47. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

48. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade
- e) nenhuma das anteriores

REDAÇÃO OFICIAL*Luiz Felipe*

- 49.** O e-mail é atualmente é o principal tipo de documento utilizado na administração pública. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, uma regra a ser observada na estruturação de um e-mail é
- a) utilizar, sempre que disponível, recurso de confirmação de leitura.
 - b) usar ícones para expressão de emoções, facilitando a compreensão.
 - c) evitar sempre o envio de documentos em anexo.
 - d) escolher um assunto de forma genérica e sucinta.
 - e) colocar o local e data no início do texto.
- 50.** De acordo com os atributos da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.
- a) É necessário buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto.
 - b) Utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, contribui para a clareza do texto.
 - c) As comunicações oficiais não possuem um padrão de linguagem.
 - d) Deve ser concisa; apresentar economia de pensamento e a eliminação de certas partes que não sejam necessárias.
 - e) O atributo da precisão complementa a clareza e caracteriza-se por manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, evitando sinônimos.

GESTÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

- 51.** No âmbito da gestão de processos em uma organização, aponte a alternativa correta.
- a) Pode se utilizar de uma matriz de quatro quadrantes, para levantamento de informações, sendo dois deles ligados aos fatores internos, elencando oportunidades e ameaças; e dois aos externos; elencando fatores relacionados aos fornecedores e clientes.
 - b) Classifica os processos em primários, ligados a diretrizes e estratégias; e secundários, que propiciam apoio e condições para o processo principal.
 - c) Possui como característica a ordenação específica de atividades, para transformar insumos em bens ou serviços, com identificação de inputs (entradas) e outputs (saídas).
 - d) Tem por objetivo a padronização de processos, partindo do conceito de reengenharia que apregoa o modelo vertical de gestão.
 - e) Adota o fluxograma como principal ferramenta para avaliar o feedback de todos os envolvidos em um processo de trabalho.

52. A gestão de projetos requer múltiplas habilidades em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.
- II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.
- III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) II e III.

53. A ferramenta administrativa facilitadora do planejamento na busca da melhoria contínua utilizada nas organizações com o objetivo de implantar programas de gestão de processos, qualidade e produtividade é denominada

- a) Técnica dos 5W1H.
- b) Programa PGQP.
- c) Método GUT.
- d) Matriz BCG.
- e) Ciclo PDCA.

54. As competências individuais podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo. Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

- a) habilidades e atitudes.
- b) entregas e desempenho.
- c) conhecimentos e habilidades.
- d) capacidades e entregas.
- e) valores e atitudes.

55. Para realizar a gestão de riscos algumas etapas devem ser seguidas, como o estabelecimento do contexto, a identificação dos riscos, a análise, avaliação e o tratamento dos riscos, além da comunicação e consulta às partes interessadas e o monitoramento e a melhoria contínua. A etapa do processo de gestão de riscos no qual realiza-se o desenvolvimento sobre o risco e a determinação do nível de risco é denominada.

- a) Estabelecimento do contexto
- b) Identificação de riscos
- c) Análise de riscos
- d) Avaliação de riscos
- e) Tratamento de riscos

56. A Resolução CNJ nº 325/2020, que trata acerca da estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026, contempla:

- a) As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, sem necessariamente a garantia dos recursos à sua execução.
- b) O alinhamento da estratégia nacional do poder judiciário para o horizonte de 5 anos.
- c) A execução da estratégia do Judiciário que consistirá na implementação de políticas, programas e metas específicas.
- d) A execução da estratégia de forma colaborativa e participativa, sob a coordenação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- e) A unidade de gestão estratégica deverá assessorar o respectivo órgão do Poder Judiciário, não atuando nas áreas de gerenciamento de projetos, a qual caberá a outra unidade.

DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

57. Márcio, servidor de certo Tribunal de Justiça, foi incumbido da elaboração da minuta do Plano de Logística Sustentável (PLS), disciplinado pela Resolução CNJ nº 400/2021. Ao inteirar-se das normas a serem observadas para o cumprimento da tarefa recebida, Márcio concluiu que o PLS deve:

1. ser instituído por ato da Comissão Gestora do órgão do Poder Judiciário e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão;
2. ser revisado pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos;
3. necessariamente conter indicadores de desempenho relacionados a obras de reformas e leiaute.

À luz da sistemática estabelecida pela Resolução CNJ nº 400/2021, deve ser reconhecido, em relação às conclusões de Márcio, que

- a) todas as conclusões estão corretas.
- b) apenas as conclusões 1 e 2 estão corretas.
- c) apenas as conclusões 2 e 3 estão corretas.
- d) apenas a conclusão 2 está correta.
- e) apenas a conclusão 1 está correta.

58. A Política de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Poder Judiciário foi instituída e disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, considerando especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Conforme essa Política e os conceitos estabelecidos, é correto afirmar que

- a) ações ambientalmente corretas devem buscar critérios de eficiência contínua dos gastos.
- b) ações economicamente viáveis devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo.
- c) ações socialmente justas e inclusivas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias.
- d) ações culturalmente diversas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho.
- e) ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a revisão dos modelos de padrão de consumo.

59. A Resolução CNJ nº 400/2021 dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e prevê que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Nos termos da referida Resolução, as práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo são definidas como

- a) ações de sustentabilidade.
- b) contratações compartilhadas.
- c) critérios de sustentabilidade.
- d) logística sustentável.
- e) práticas de racionalização.

60. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, é correto afirmar que, na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o “desenvolvimento nacional sustentável” é um visto como um(a)

- a) objetivo.
- b) diretriz.
- c) princípio.
- d) instrumento.
- e) fundamento.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
